

Dignidade Menstrual

Uma questão de direitos

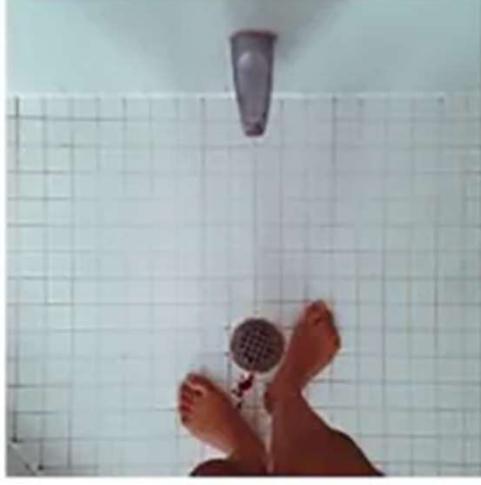
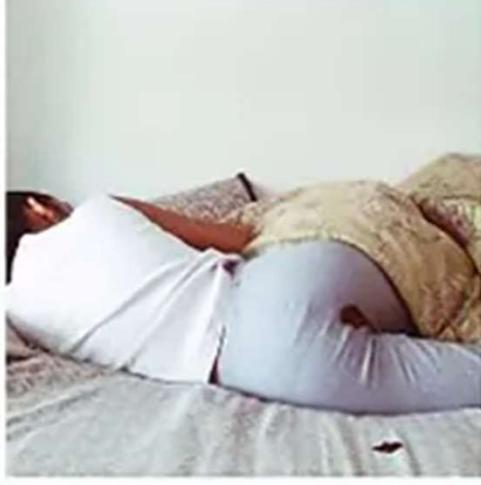
24 março | 17h00
Salão Nobre
Paços do Concelho



Dignidade menstrual

Uma questão de direitos

tavira 



O projecto

Fases do Ciclo de Vida das Mulheres

- Adolescer sendo rapariga
- Dignidade menstrual
- Menopausa

A dignidade menstrual

- Suporte informativo e educacional
- Abordagem em todos os espaços – famílias, escolas, comunidades, instituições...
- Os perigos dos mitos

A dignidade menstrual

- **Os mitos da menstruação**

- A menstruação é uma perda cíclica de sangue pela via vaginal, que resulta da descamação do “forro” do útero a cada ciclo menstrual.
- Conotação de impureza, sujidade;
- Associada a concepções diminutivas e discriminatórias de mulheres e raparigas, mormente quando associada a crenças culturais e religiosas, quase transcendentais.

A dignidade menstrual

A THECASEFORHER (2021) identificou múltiplas barreiras ao exercício pleno dos direitos humanos por via da menstruação:

- Falta de acesso ao conhecimento e à informação sobre menstruação;
- Normas de género e socioculturais perniciosas a nível individual, comunitário, sistémico e institucional, bem como estigmas e tabus;
- Falta de acesso a produtos de qualidade a preços razoáveis que sirvam a escolha e as necessidades de cada pessoa;
- Falta de acesso seguro e privado a água, instalações e higiene em casa, na escola, no trabalho e no espaço público;
- Inexistência de políticas nacionais ou estratégias que abordem o tema;
- Não alocação de recursos suficientes para implementação e integração em programas;
- Falta de esquemas nacionais de distribuição e de diminuição dos impostos sobre os produtos menstruais.

A pobreza menstrual

- Pobreza no sentido economicista, mas também informativo.

A pobreza menstrual

- Beliz e Anastácio (2020) revelaram que, em Portugal:
 - 16,6% - dificuldade económica na aquisição dos produtos de higiene;
 - 10,6% - experiência da primeira menstruação como muito negativa;
 - 67,6% - obteve informação junto da respectiva mãe;
 - 53,5% - gostariam que tivessem falado com elas antes do seu surgimento.
- As participantes referiram ainda que o que mais falta nas casas-de-banho públicas é papel higiénico (58,2%), sabão e detergente das mãos (13%) e caixote do lixo (11,5%).

A pobreza menstrual

Segundo as autoras,

- 1 - O surgimento da menarca justifica que o tema seja abordado com as meninas logo no primeiro ciclo de forma mais aprofundada, para além da dimensão fisiológica;
- 2 - É importante incluir as famílias na educação menstrual e encontrar ferramentas educativas que facilitem o diálogo entre gerações.
- 3 - É necessário promover métodos de recolha menstrual mais sustentáveis e saudáveis;
- 4 - A disponibilização, gratuita, de produtos de higiene em escolas e locais públicos poderá ser importante para a equidade do acesso aos produtos de higiene menstrual;
- 5 - É importante sensibilizar para a importância das melhorias nas casas de banho de forma a evitar ausência de alguns itens identificados como necessários,
- 6 - Será importante criar campanhas de dignidade menstrual em escolas incluindo os meninos e rapazes como agentes de mudança.

A pobreza menstrual

Esta realidade foi reconhecida pela Assembleia da República na Resolução n.º 312/2021, de 3 de Dezembro de 2021, que recomenda ao Governo actuação em tais domínios.

Pobreza menstrual

Como combater?

- Gratuitidade de produtos menstruais e de higiene menstrual, em estabelecimentos de saúde e de ensino e estabelecimentos prisionais;
- Dotação das casas-de-banho públicas de privacidade e de possibilidade de realização de higiene menstrual e de manuseamento de produtos, com sabão e água potável, entre outros;
- Realização de acções de sensibilização, palestras e inclusão do tema em disciplinas curriculares, sem diferenciação de género.

Licença Menstrual

- Reclama reflexão
- Ausência justificada?
- Patologização do feminino?
- Discriminação social?
- Assédio?

Licença Menstrual

Algumas ideias...

- Justificação das ausências ao serviço/escola por motivo de incapacidade em razão da menstruação, quando devidamente certificadas por médico/a, nos precisos termos já previstos legalmente para a protecção social de doença dos/as trabalhadores/as;
- Porque se trata de uma situação que se repetirá, por regra, com frequência mensal, mais se propõe a criação de um sistema agilizado com certificação de incapacidade informatizado ou inclusão no sistema de autojustificação que está em discussão para outras situações;
- Como forma de evitar a discriminação económica, deverá ser previsto um direito ao subsídio por incapacidade de pelo menos 50% durante o período máximo do certificado agilizado, passando o subsídio a ser pago integralmente com a prorrogação da incapacidade ou, até, direito ao pagamento a 100% do subsídio a rendimentos abaixo do salário mínimo nacional.

O nosso site - <https://apmj.pt/>

O separador dignidade menstrual

<https://apmj.pt/documentacao/violencia-de-genero/dignidade-menstrual/>

Obrigada!

Rute Cardoso Almeida